

ÍNDIOS/AS, NEGROS/AS, MESTIÇOS/AS¹ PARA ALÉM DA PAISAGEM AMAZÔNICA: a construção de experiências locais em notas etnográficas da obra de Alfred Russel Wallace (1850-1852)

Victor R. L. Silva*
José O. Aguiar

RESUMO: O artigo tece considerações sobre as viagens científicas no Brasil Imperial, com destaque para a trajetória de Alfred Russel Wallace pelos rios e matas equatoriais da Amazônia e para os mais variados encontros culturais que tiveram espaço nessa jornada coletora. Ganha relevo o destaque à descrição de índios/as, negros/as e mestiços/as na ótica do naturalista-viajante e a análise das características e recorrências de seu olhar tanto em sentido de continuidade quanto à base do pensamento oitocentista, quanto em sentido de ruptura, dissensão e criatividade.

PALAVRAS-CHAVE: Alfred Russel Wallace; Viagens Científicas; Etnohistória; Amazônia.

Indians, blacks and mixed to beyond of the Amazon landscape: the building of local experience in ethnographic notes of the work of Alfred Russel Wallace (1850-1852)

ABSTRACT: The article reflects on the scientific travels in the Imperial Brazil, highlighting the path way of Alfred Russel Wallace through rivers and equatorial forests of the Amazon valley, and the varied cultural events that took place in this collecting journey. Becomes important the emphasis given to the descriptions of indians and black people of his view, and the analysis of the characteristics and recurrences of this view in comparison of nineteenth-century thought, and in order to break, dissension and creativity.

KEYWORDS: Alfred Russel Wallace; Scientific trips; Ethnohistory; Amazon.

Indios/as, negros/as, mestizos/as el más allá de la Amazonia paisaje: la construcción de experiencias locales en las notas etnográficas de la obra de Alfred Russel Wallace (1850-1852)

RESUMEN: El artículo reflexiona sobre la historiografía que se ocupa de las expediciones científicas en Brasil Imperial, destacando la de Alfred Russel Wallace por ríos y bosques ecuatoriales del Amazonas y los encuentros culturales y humanos más variados que tuvieron lugar en esta jornada de recolección. Se destaca la descripción de los/as indios/as y negros/as bajo la óptica del naturalista-viajero y el análisis de las características y las recurrencias de sus observaciones, por un lado como parte del pensamiento del siglo XIX, y por otro como ruptura, discordia y creatividad.

PALABRAS CLAVE: Alfred Russel Wallace; Expediciones científicas; Etnohistoria; Amazonas.

*Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande. Professor na área de história da arte e história da África do Departamento de História - CERES/UFRN. E-mail: v.limeiradasilva@gmail.com

A historiografia tem dedicado mais espaço aos estudos amazônicos, ao passo que a antropologia e a etnolinguística já haviam se antecipado nesse sentido. Dentro desses estudos a história dos seus povos e suas relações com o ambiente, suas práticas culturais, modalidades de organização sócio-políticas, pertencimentos étnicos, territorialidades, saberes locais e o trabalho, são alguns dos recortes que mais se destacam. Isso não exclui, porém, uma necessidade ainda latente de investimento em pesquisa amazônica, o que dispensa qualquer justificativa para o fato da historiografia ainda se concentrar, majoritariamente, no eixo centro-sul.

A proposta deste novo número da *Clio*, que considera a atuação de sujeitos e instituições em processos político-sociais no século XIX, se mostra um terreno propício para adicionar ainda mais provocações à historiografia amazônica, e mais especificamente, à historiografia de grupos ditos indígenas, negros e mestiços nesse contexto do Norte do Brasil, os quais foram tema recorrente nas literaturas de viagens científicas desde o século XVIII.

Nossa tarefa se inicia com a preparação do terreno. Retomemos algumas contribuições que são fundamentais para produzir provocações, em especial, aquelas que apontam para uma leitura que cada vez mais articula sociedade, economia, política e cultura, desnaturalizando lugares sociopolíticos e se comprometendo em construir uma escrita não-essencialista. Para além de produzir um estado da arte, declaramos entender o efeito qualitativo que o diálogo com provocações de outros/as estudiosos/as tem nesta pesquisa, fazendo o esforço de nem promover um bibliografismo antiquário, nem silenciar importantes estudos anteriores que já dialogaram com sujeitos dos mais diferentes grupos étnicos na Amazônia brasileira.

Chama nossa atenção, primeiramente, o trabalho do antropólogo e professor João Pacheco de Oliveira, do Museu Nacional da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), o qual, definitivamente, promoveu uma viragem –paralela à de outros nomes, como John Monteiro – no campo dos estudos antropológicos e históricos indigenistas do Brasil, e, acrescentaríamos ainda, no campo dos estudos negros e dos estudos amazônicos, já que sua perspectiva assenta-se em uma leitura não dicotômica das identidades étnicas, e ainda mais, uma leitura que colocou em cheque o próprio conceito homogêneo pelo qual chamamos a tão vasta e diversa região: Amazônia. Tal questionamento foi produzido, principalmente, no estudo das diversidades linguísticas de povos amazônicos, de modo notável, daqueles que construíram suas sociabilidades na região do Rio Solimões.

A discussão de Pacheco, porém, não se detém em entender as complexidades socio linguísticas desses povos, mas, dedica-se também a uma análise das relações étnico-raciais na Amazônia brasileira, partindo de uma noção que articula as experiências indígenas, negras e caboclas. Essa parcela de suas contribuições para uma nova bibliografia amazônica promoveu um diálogo fecundo entre a antropologia, a linguística e a história. Esse encontro, por exemplo, resultou em trabalhos que questionaram a validade ética e científica de certa tradição antropológica, e em alguma medida também histórica, a qual viabiliza uma percepção que considera as identidades e grupos como socialmente dados, e, portanto, subalternamente naturalizados. A problemática dos *índios misturados*, dessa forma, é lugar importante para a proposta que nos pretendemos, cujo caminho já foi aberto pelo antropólogo.

Ainda sobre Pacheco de Oliveira cabe destacar que a história dos viajantes também é tópico importante na sua escrita. É possível inclusive encontrar no seu trabalho um guia para estudar a história dos viajantes em diferentes épocas e lugares, a partir das experiências amazônicas. Essa proposta de uma *sociologia dos viajantes* (e Oliveira mesmo se interroga sobre a possibilidade de chamá-la assim) entende a atuação dos viajantes a partir de um quadro amplo do universo intelectual, político e econômico. Esse quadro amplo de experiências de viagem e dos relatos resultantes proporcionam a Pacheco de Oliveira um trabalho de classificação dos tipos de viagem, dos resultados intelectuais, das finalidades, dos meios de financiamento e da recepção de sua produção em vários ciclos sociais, desde os ciclos de leitura mais amplos até os periódicos científicos mais específicos.

Para a roda de discussão que resultou neste texto, convidamos também um historiador: o professor Flávio dos Santos Gomes, da Universidade Federal do Rio de Janeiro(UFRJ). Os trabalhos de Gomes que se dedicam aos estudos amazônicos dispõem prólogos muito longos. Analisam, primordialmente, os discursos científicos produzidos nos séculos XVI, XVII e XVIII sobre os povos amazônicos, sem cair nos prévios conceitos classificatórios de “índio/a” ou “negro/a”, mas partindo de uma perspectiva que atribui importância às conjunturas dos encontros socioculturais entre indígenas, africanos/as, brancos locais, estrangeiros/as e descendentes.

Esse prisma se aproxima bastante da proposta de escrita histórica na qual nos lançamos, dado que não há qualquer situação em nossos documentos onde se possa afirmar: “este/a é um/a índio/a” ou “este/a é um/a negro/a”, ou mesmo, “este é um naturalista”. As misturas, confusões e (re)apropriações dos discursos nos possibilitam entender, como Gomes, que os mocambos não foram experiências político-sociais somente de pessoas negras, assim

como muitas práticas de resistência indígena, como o envenenamento de rios, não foram praticadas apenas por povos da terra. Uma análise não essencialista nos dá espaço ainda para pensar nas contradições presentes nessas relações étnico-raciais, ao passo que negros/as e índios/as, no contexto amazônico, nem sempre corroboravam interesses semelhantes.

Nesse espaço que ainda nos resta para trazer mais algum interlocutor, anotamos o lugar do professor Carlos Barreiro², da Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* de Assis, pesquisador experiente do Império brasileiro, e, notadamente, das relações sócio-políticas e econômicas, sem partir do Estado ou de conceitos *a priori* para entender as atuações dos sujeitos, suas vivências e resistências. Muito já foi escrito por Barreiro, mas suas contribuições ainda não se esgotaram, pois reforçam nossa compreensão de que os discursos científicos produzidos por relatórios ou narrativas de viagem eram parte de uma lógica imperial mais ampla, ou seja, eram produtos literários que colaboravam com o conhecimento e controle das organizações e agências de diversos grupos locais, analisados pelos viajantes oitocentistas no Brasil.

O contexto de Barreiro, apesar de ser as Minas Gerais do século XIX e o naturalista em questão ser o francês Saint-Hilaire (1779-1853), nos ajuda a entender que uma das maiores preocupações dos viajantes no encontro com comunidades locais do Novo Mundo era a noção de tempo e trabalho sobre as quais se construía as vivências de tais grupos. Esse interesse, portanto, aparece em muitas narrativas e foi fundamental para a construção dos lugares e atuações de índios/as, negros/as, mestiços/as nos projetos de expansão territorial e comercial do império.

Diante de tudo que já foi dito, a partir de diversas perspectivas, não perdemos de vista o fato de que a historiografia ainda não dedica espaço suficiente às etnias indígenas amazônicas, nem aos/às africanos/as de várias extrações que interagiram com os viajantes nas matas e povoados amazônicos, apesar de sua presença na documentação. A nossa proposta, a ser logo delineada, considera que povos indígenas, africanos e seus descendentes são agentes de sua história, não naquele sentido essencialista que caracteriza grupos como mais ou menos “puros”, mas no sentido de que suas experiências não partiam de conceitos *a priori*, tal como “negro/a” ou “índio/a”, mas que forjavam suas organizações e experiências na contingência das relações, de acordo com interesses muito particulares.

Após passear pela produção que tem se preocupado com a problematização da história das experiências indígenas e negras na Amazônia, cabe apresentar nosso próprio caminho e intenções. Pretendemos anotar e analisar da literatura brasileira de viagem do galês

Alfred Russel Wallace, as interações com índios/as, negros/as, caboclos/as e caborés³ entre os anos de 1848 e 1852 na viagem em que coletou, estudou e conviveu com espécies animais, vegetais, artefatos da cultura local de comunidades indígenas e negras na Amazônia brasileira oitocentista.

Recortamos da documentação o período entre os anos de 1850 e 1852, época do início da expedição de Wallace pelos rios Amazonas e Negro e de seu retorno à Inglaterra, passando antes pelo Grão-Pará. Essa documentação selecionada se refere à narrativa de viagem do naturalista publicada em 1853 na Inglaterra, republicada em 1889, e reeditada no Brasil em 1979 pela Universidade de São Paulo (USP), sob o título *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*. O acervo de correspondências de Wallace, recentemente enriquecido com centenas de novas digitalizações através do *Wallace Correspondence Project*, do *Natural History Museum* de Londres, conduz nossa pesquisa a uma análise mais ampliada dessa literatura de viagem, inserida em uma grande rede de novos saberes, na qual Wallace era apenas mais um nóculo como coletor e viajante.

Assim, intentamos perceber na escrita do viajante-naturalista o encontro com a diferença nas diversas experiências socioculturais que foi construindo na Amazônia brasileira. Selecionamos notas etnográficas da narrativa de viagem, tendo em vista perceber os tipos de falas do naturalista sobre esses sujeitos, considerando-os como meros adendos da natureza classificável, ao passo que também os coloca como resistências socioculturais ao novo modelo político, territorial e econômico do Império, com seu projeto de contínua integração do Estado do Grão-Pará e das províncias do Amazonas e Rio Negro ao restante da nova nação em construção.

Na esteira disso, mas não considerando apenas os pronunciamentos, pretendemos encontrar na narrativa desse viajante experiências coletivas para além de fronteiras étnico-raciais pré-estabelecidas pelo discurso colonial e científico, atentando para o exercício contínuo da alteridade que pressupõe qualquer proposta de pesquisa que lida com a diferença.

Uma digressão até a chegada do *Mischief* no Pará: notas etnográficas dos primeiros contatos de Wallace com os povos da Amazônia (1848-1849)

Após uma viagem de vinte e nove dias, em 26 de maio de 1848, o navio que trazia o galês Alfred Russel Wallace e o seu companheiro inglês e interlocutor desde 1844, Henry Walter Bates (1825-1892), ancorou na barra sul do Rio Amazonas, na altura das salinas paraenses; depois de mais dois dias em uma canoa, chegaram à Cidade do Pará, (atual

Belém)capital da Província. Em meio à densa mata amazônica, o céu límpido permitia que eles pudessem ver a imensa diversidade de pessoas ali residentes ou transeuntes subindo e descendo em suas canoas. A vegetação local foi outro elemento do espaço que marcou Wallace ao ponto de ele não esquecer de registrar: “Nossos olhos alegraram-se duplamente com a bela visão dessas plantas em seu estado natural, elas que tantas vezes admiramos nas estufas de Kew e de Chatsworth” (WALLACE, 1979, p. 17).

Após quase três meses é que os dois colecionadores se instalaram apropriadamente na Cidade do Pará. Tal demora devia-se aos entraves burocráticos quanto à permanência de estrangeiros no Amazonas, cuja navegação permaneceu restrita ao comércio e à livre navegação até 1867 (Oliveira, 1987), com exceção de estrangeiros com recomendação oficial do Império brasileiro, em suas autoridades de fronteira, ou de nações amigas, como é o caso de Wallace e Bates que conseguiram visto por intermédio de Dr. William Hooker (1785-1865), entomólogo real, diretor do Museu de Kew. Enfim, Wallace e Bates só conseguiram estalagens no entorno da capital, na Vila de Nazaré, em uma *rocinha*(tal como se chamavam os casebres de campo) de posse do Sr. Miller, empresário dono do *Mischief*.

O imprevisto que marcou os primeiros meses de Wallace no Pará, como que se preparando para algo que ele mesmo construía como “grande” e “novo”(a saber: a expedição pelo alto Rio Negro), não o desestimulou a exercitar sua reflexão e parte de seu estranhamento para com as diferenças e diversidades da população local. Com atenção, Wallace registrou suas primeiras impressões sobre as misturas, sobre as grandes diferenças sociais existentes entre os estrangeiros e seus descendentes e sobre a população mestiça, em sua maioria uma população negra escravizada e indígena, estando os primeiros na posse quase total do comércio e dos cargos públicos e clericais (WALLACE, 1979, p.17).

Instalados, procuraram um negro livre e experiente, por nome Isidoro, o qual fora indicado como um exímio entendedor de plantas, principalmente daquelas usadas medicinalmente. Mas, também era um cozinheiro e ajudante eficiente, principalmente para uma rotina de coleta, na qual pouco tempo sobrava para afazeres domésticos além daqueles referentes ao trato do material coletado. A convivência com Isidoro foi a verdadeira preparação de Wallace para a sobrevivência e eficiência necessárias ao seu trabalho de coleta; apesar de, com Bates, ter dedicado cerca de três meses em Leicester, antes de embarcar para o Brasil, ao treinamento de tiro e do manuseio do material de coleta. Além da preparação, no sentido de arregimentar esforços físicos e estratégicos para o trabalho de campo, o contato de Wallace com Isidoro foi também a sua primeira experiência de apropriação e reflexão sobre o

saber local, pois, como o próprio elucidava, Isidoro não tinha reservas quando se tratava de insistir ao máximo para se fazer entender, mesmo sem falar uma única palavra em inglês:

O velho guia, que atualmente se dedicava aos serviços domésticos, trabalhando para dois cavalheiros estrangeiros como cozinheiro e pau para toda obra, labutara outrora na floresta, estando a par não só dos *nomes de todas as árvores, como também de suas propriedades e empregos* [...] Ele aí passava a gesticular com veemência, representando uma pantomina [sic] digna de um auditório bem mais numeroso. *O fato é que ele realmente gostava de exhibir seus conhecimentos* sobre esses assuntos acerca dos quais ainda nos encontrávamos no estágio da mais completa ignorância, mas cuja aprendizagem queríamos efetivamente alcançar (WALLACE, 1979, p. 33. Grifos nossos).

A descrição das aulas de Isidoro continuam na narrativa do viajante, em um reconhecimento da sapiência do negro e da eficácia do seu método de explanação. Se pensarmos que o próprio Wallace confessa sua pouca experiência com a botânica (WALLACE, 1908, p. 104), tendo sua atenção se voltado, após a amizade com Bates, para a entomologia, fica evidente que uma sinalização por parte do viajante quanto à capacidade sintética e didática de Isidoro é indispensável, dado que, sem a introdução ao saber local, sua coleção de plantas, especialmente encomendada por Dr. Hooker, provavelmente não teria cumprido um critério importante: a novidade dos tipos e o detalhamento de propriedades e usos locais, os quais interessavam grandemente a naturalistas como Hooker, que mantinha em Kew várias estufas com espécies endêmicas dos trópicos, inclusive reproduzindo seu habitat.

Nesses encontros, em que o saber local é acessado, a legitimação independe do saber autorizado, dado que o próprio viajante naturalista é parte de uma rede mais ampla de outros discursos que, por exemplo, colocavam seu ofício – colecionador – em ordem de importância abaixo do saber produzido pelos naturalistas de gabinete. Carla Lima (2014), fazendo uma apropriada leitura a partir de Latour (2000), nos desperta exatamente para o fato de que uma expedição científica se compreende em redes, ou em “fios de macramê”⁵, os quais se conectam entre si e agem integralmente. Pensando assim, fica mais perceptível o porquê de enxergar o naturalista e todos/as aqueles/as em sua grande rede de relações de forma articulada e horizontal. Em uma perspectiva piramidal ou linear, a estes/as, como Isidoro, estaria dispensado um papel secundário, enquanto a figura do cientista se sobreporia, por meio de juízo de valor ou de uma comparação daquele saber local frente ao conhecimento científico.

A paisagem esquadrihada por Wallace não tinha, porém, apenas animais, plantas, homens e mulheres locais, mas, no cotidiano, muitos outros estrangeiros circulavam pela capital da província e pelos arredores de Nazaré. Há que se pensar, portanto, que a presença

contínua de ingleses, estadunidenses, canadenses, portugueses na Amazônia oitocentista reflete mudanças administrativas e políticas, com implicação de ordem econômica, desde quando, em 1751, a Província do Grão-Pará foi criada, passando a incluir tanto o atual Pará quanto o Maranhão. São Luís, dessa forma, perdeu a centralidade e, como nova capital administrativa, a Cidade do Pará também passou a ser centro econômico (LOPES, 2012, p. 1-2).

A amizade de Wallace e Bates com dois estadunidenses, o Sr. Upton e o Sr. Leavens, proprietário e administrador (respectivamente) de uma fazenda de moinhos de arroz em Maguari, ainda nos entornos da Cidade do Pará, não lhes garantiu apenas a oportunidade de um bom diálogo em língua inglesa, mas também o arregimento da primeira expedição dos dois jovens colecionadores fora da província do Pará, cuja capital havia circunscrito o seu trabalho até aquele momento.

Esses foram os primeiros de muitos outros estrangeiros que compuseram parte da grande rede de relações, estabelecida entre diplomatas, cientistas, comerciantes e proprietários na grande extensão territorial da Amazônia durante a viagem de Wallace. Pensando nisso, o esforço em adquirir cartas de recomendação, quando de sua ida a Londres antes do embarque, se justifica. Essas cartas eram utilizadas principalmente para facilitar a execução da viagem, tendo em vista a escassez de alojamentos, mão-de-obra e víveres, além dos vistos de trânsito, permanência e carga que deveriam ser emitidos em todas as vilas limítrofes entre províncias.

Em uma semana os dois viajantes estavam “penetrando na floresta virgem, cuja proximidade era anunciada pela enorme altura das árvores e pelas densas sombras que nela reinavam” (WALLACE, 1979, p. 30). O deslumbre das primeiras narrativas de Wallace contrasta com a posição crítica às narrativas fantasiosas que ele assumiu posteriormente. Assim como destoa do desapontamento que se abateu sobre eles com a pequena quantidade de animais realmente interessantes encontradas por ali, principalmente insetos que imaginariam encontrar abundantemente. Apesar disso, avistaram, pela primeira vez, tucanos e papagaios, importantes símbolos na construção imagética dos viajantes sobre o Brasil, o que foi uma das poucas vantagens dessa primeira expedição de reconhecimento. Durante o período chuvoso, a região do Pará não era propícia para coletas, mas, mesmo assim, os dois colecionadores retornaram à sua *rocinha* com as “caixas cheias de insetos e as cabeças repletas de coisas interessantes” (WALLACE, 1979, p. 33).

A narrativa sobre a qual nos detemos mistura reflexões e notas sobre política, economia, vivências, costumes, paisagens naturais, etc., e assim, dando atenção a cada detalhe do discurso de Wallace, podemos problematizar a forma como os sujeitos são pronunciados ou silenciados. Para o galês, por exemplo, um dos grandes males econômicos perpetrados na Amazônia pela colonização portuguesa era o fato desta ter sido submetida à uma dependência absurda da importação de madeira dos Estados Unidos da América (EUA). Tal inferência de Wallace, porém, reforça a mesma base discursiva que fundamentou a exploração desenfreada das matas, rios, animais e terras amazônicas desde o período colonial: a racionalização da natureza, o pragmatismo político e o utilitarismo ilimitado. Discutindo a mentalidade oitocentista, sem entendê-la sob os ditames de nossa concepção de Natureza, selecionamos da fala de Wallace um trecho interessante:

Todos os seus cursos d'água possuem margens revestidas de *florestas virgens*, repletas de *inexauríveis* reservas de madeiras, numa tal variedade de tipos que parece não existir qualquer finalidade imaginável para a qual não haja aí pelo menos um tipo de madeira que não preencha os necessários requisitos (WALLACE, 1979, p. 41. Grifos nossos).

Os termos grifados nos conduzem a refletir sobre as relações entre cultura e natureza, não devendo torná-las justificativas maniqueístas da exploração. Warren Dean (2004), por exemplo, questionou a ideia clássica de “bom selvagem” ainda presente em muitas leituras sobre as relações dos/as nativos/as com seu meio, dito “natural”. Dessa forma, a nossa seleção de sujeitos e práticas na escrita de Wallace não intenta colocá-los em lugares de cristalização, mas considerando os arranjos e interesses que permeiam as relações das sociedades com o ambiente e entre seus indivíduos.

Enquanto permaneceu afastado do povoado de Nazaré, a atenção de Wallace se voltou, primordialmente, para as novidades da paisagem em Maguari e seus entornos. Porém, tendo retornado à capital, sua escrita tende a articular observações da natureza com a vida cotidiana local, como se o seu objeto o tempo todo estivesse em mutação, já que, como colecionador, e não naturalista acadêmico, seu trabalho possuía muito mais heterogeneidade e estava muito mais circunscrito às conjunturas cotidianas.

O tipo de viagem empreendida por Wallace e Bates, e em certa medida por Richard Spruce, sem um nível de especialização e especificação que caracterizavam expedições científicas financiadas pelo Estado ou por órgãos privados, resultava em uma narrativa extremamente fragmentada – apesar de cronologicamente linear – quanto às temáticas,

versando desde a forma peculiar de uma flor ou um animal, até observações críticas sobre salubridade⁶ pública, organizações das vilas e cidades, modelo político e trabalho.

Sobre as experiências de campo de Wallace, insistimos novamente que estas não se restringiam à observação da natureza, mas através delas é possível construirmos nossos itinerários etnográficos, com base em sua narrativa de viagem e em outras fontes e referências relacionadas, tal como a narrativa de Bates. Além dos contatos com indivíduos e grupos locais, já elucidamos o quanto a presença estrangeira no campo de pesquisa do naturalista era marcante. Isso reforça a ideia de que as viagens coletoras e científicas eram planejadas levando-se em consideração o mercado de recepção de seus *produtos simbólicos*, bem como as *redes de interação* com outros estrangeiros ou brasileiros, os quais também eram “nódulos” na ciência em rede do século XIX.

Seria inocente, por exemplo, considerar discursos de viajantes como resultados de estrita observação pessoal, sem influência de contatos, conversas, imprevistos e conjunturas. Considerando que as narrativas de viagem versavam com olhar judicioso sobre as experiências locais, principalmente por serem redigidas meses ou anos depois do término da exploração, chama-nos atenção o fato delas, de modo algum, resultarem de um filtro positivo e eficiente do suposto observador. Por exemplo, o quanto do discurso do Sr. Leavens canadense rico proprietário de terras e embarcações para a exploração de madeira, está presente em falas e silêncios de Wallace sobre os locais? Até que ponto os discursos da narrativa sobre os povos da terra são realmente produtos da observação íntima registrada no diário de campo do naturalista?

Tudo isso pode ser percebido na narrativa da segunda expedição introdutória de Wallace e Bates fora do Grão-Pará, como parte da viagem comercial do Sr. Leavens às regiões médias do Tocantins. Isidoro, Alexandre – índio que trabalhava nos moinhos do Sr. Upton –, Domingos – exímio conhecedor da navegação do Tocantins – e Antônio – um garoto índio que se juntara voluntariamente como auxiliar de Wallace e Bates (WALLACE, 1979, p. 45)– era esta a tripulação para explorar a referida região do Tocantins. Eles partiram em 26 de agosto de 1848, em uma canoa alugada pelo Sr. Leavens.

Após seis dias de navegação, já no curso principal do Tocantins, eles pararam em um pequeno lugarejo e seguiram viagem na embarcação do Sr. Seixas, proprietário de Baião para o qual tinham uma carta de recomendação. Permaneceram por dois dias em Baião, tempo suficiente para iniciar uma coleção de história natural local. Porém, não somente esse tipo de coleção crescia, mas também o de experiências coletivas com as comunidades locais.

Inserindo-se no imaginário e nos costumes, Wallace construiu imagens dos nativos que vão ultrapassar uma observação laboratorial, sua inserção nas próprias narrativas locais é latente. Para perceber isso, buscamos uma leitura na qual os sujeitos constroem suas relações no imediatismo dos contatos (SAHLINS, 1990, p. 9), pois, sem essa noção, estaríamos fadados a ler contatos culturais como encontros pré-estabelecidos por identidades ontológicas imóveis, sendo que o “risco da ação” também interfere na forma como os sujeitos se nomeiam, nomeando imediatamente o/a outro/a.

Esses sujeitos são assim mutuamente afetados nas intersecções em que se encontram, e é a partir desta concepção que construímos as personagens de nossa narrativa, considerando as apropriações e ressignificações/traduições que caracterizam as relações de alteridade (HARTOG, 1999). Assim, tomamos a liberdade de transcrever a narrativa do viajante bem ao pé da letra:

Enquanto preparávamos os insetos ou depenávamos as aves no interior da residência a janela que se abria para a rua ficava repleta de curiosos, crianças e adultos, que ali ficavam por horas a fio, acompanhando as operações com interesse verdadeiramente infatigável. Ao verem um pássaro depenado faziam geralmente a mesma observação: “Ah, esses brancos ... Que paciência”. Aí um cochichava para o outro: “Será que ele tira toda a carne?!”. Outro filosofava: “Eu, hem?”. Aquele observava: “Olhem ele faz olhinhos de algodão!”. Seguiu-se uma rápida discussão acerca da finalidade daqueles trabalhos. Para que serviriam? “Para mostrar”, era a solução geralmente encontrada por alguém. Mas a maioria não concordava, julgando insatisfatória aquela explicação (WALLACE, 1979, p. 51).

O discurso da diferença, implícito em construções narrativas como esta acima, informa as distintas concepções das quais parte o viajante, que reconhece o conhecimento local, mas trata de imediatamente colocá-lo frente ao saber autorizado. Assim, Wallace continua:

Não, os ingleses por certo não seriam tão malucos a ponto de apreciar a mera contemplação de peles recheadas de pombos e de papagaios... já para as borboletas, alguém sugeriu uma explicação que a todos pareceu satisfatória, dizendo que deveriam servir para obter novas padronagens de tecidos estampados. [...] E quanto aos feiosos insetos, supunham que servissem para fazer remédios. Vimos que o melhor era concordar com os palpites. [...] *Ademais, eles simplesmente não iriam entender coisa alguma que lhes tentássemos explicar* (WALLACE, 1979, p. 51. Grifos nossos).

Mesmo que estas não sejam as falas (em si mesmas) daquelas tantas pessoas interessadas no trabalho de Wallace, elas nos abrem caminho para entender como as concepções oitocentistas homogeneizavam as experiências locais, sob a pecha de inocência e falta de informação. Desqualificando aquelas atitudes questionadoras como um tipo de conhecimento, produzindo uma presunção de ignorância que até mesmo na cabeça questionadora de Wallace soaria naturalmente. Há que se perguntar: numa confluência tão

grande de viajantes-naturalistas e comerciantes, percorrendo o vale amazônico naquele período, o que garante a novidade daquele ofício de empalhar animais? Uma única afirmação como “para mostrar” questiona a presunção do sujeito nativo inocente.

Os resultados das coletas e caçadas de Wallace e Bates na região de Baião, no médio Tocantins, se restringiram a um pequeno gavião e um tipo raro de pelicano, os quais eles haviam conseguido em Panajá, além de algumas plantas *Oenothera* amarelas (WALLACE, 1979, p. 58- 59). Nesse cotidiano de coleta e trato das espécies, as experiências humanas enriqueciam ainda mais o traçado de temas sobre os quais o viajante-naturalista se interessava em discutir.

Por volta do dia 30 de setembro, Wallace e Bates já se encontravam de volta à Cidade do Pará. A primeira expedição fora do Pará havia motivado grandemente Wallace, para quem aquele trecho da viagem, entre 1848 e 1849, serviu como um amadurecimento de campo. Logo, Wallace e Bates estavam à espera de embarcação disponível para subir até a Ilha de Marajó, passando pela Ilha de Mexiana. Para isso, mudaram-se para uma pequena residência de um francês por nome Borlaz, em Olaria, pois a vila de Nazaré não era estratégica para conseguir embarcação naquela direção. Na espera em Olaria, aproveitaram o tempo ocioso, obviamente, para coletar pelas redondezas. A viagem à Ilha de Marajó e de Mexiana foi mais rica na coleta de aves do que de insetos, devido ao período seco, enquanto os contatos com grupos locais foram raros e citados esparsamente por Wallace, tal como quando ele se refere ao grupo de africanos/as que trabalhavam na fazenda do Sr. Leonardo, onde ele estava hospedado.

Esse trajeto de encontros diversos, cada vez mais presentes na continuidade da narrativa, não possibilitou a Wallace apenas dialogar com pessoas supostamente ignorantes sobre seu ofício, mas também com aqueles que, dentre os outros, já haviam experimentado mais diretamente a convivência com outros viajantes-naturalistas. Uma dessas experiências de efetiva percepção da apropriação do saber local por parte do viajante se deu com Isidoro, seu primeiro ajudante, e, posteriormente, com outro negro que conheceremos melhor, por nome Luís.

De volta da viagem pela costa, Wallace e Bates passaram a ocupar uma nova residência nas redondezas da Cidade do Pará, ainda pequena, mas, mais apropriada para o trabalho, já que ambos haviam dobrado a quantidade de coletas e de resultados. Devido, em parte, a já estarem familiarizados com as parcerias locais naquele trecho da cidade. O aumento de interessados/as em contribuir, porém, trazia consigo as disputas quanto ao preço

justo a ser pago pelos espécimes. Naquele grande grupo de pessoas em torno do alpendre do casebre, um rapaz chamou a atenção de Wallace; o motivo: já possuía experiência com naturalistas!

Luís havia acompanhado Johann Natterer (1787-1843) durante sua jornada de mais de uma década e meia pelo Brasil. O austríaco estava na mesma expedição científica da qual fizeram parte os naturalistas Spix (1781-1826) e Martius (1794-1868), sob os auspícios do imperador Francisco I. Interessado principalmente em zoologia, ele produziu uma coleção entomológica monumental, que se encontra em Viena, no *Naturhistorisches Museum*. Uma parcela do valor e da raridade dessa coleção se deveu à eficácia de Luís como caçador e exímio conhecedor da localização exata dos animais, e foi assim que ele se apresentou para Wallace, narrando suas aventuras junto à Natterer, a quem ele chamava de “Doutor” (WALLACE, 1979, p. 79).

Luís conseguia cardeais, surucuás-de-barriga-vermelha, tucanos e tantas outras espécies raras, inclusive durante o período chuvoso, no qual a ocorrência de pássaros e insetos diminuía, pois, nas palavras de Wallace, ele “estava a par dos esconderijos e hábitos de quase todas as aves, sabendo imitar perfeitamente seus cantos e conseguindo desse modo atraí-las para perto de si.” (WALLACE, 1979, p. 79).

A percepção, portanto, da função desempenhada pelo conhecimento da experiência mais uma vez pode ser encontrada na narrativa wallaciana. E mais que isso, ela infere relações entre diferentes saberes em vias de *mão múltipla* – e não *dupla* – para jogar com as palavras; uma vez que, diante do saber autorizado, os locais não se blindavam a apropriações de saberes exógenos, mas, ao mesmo tempo, não se furtavam de evidenciar o seu próprio conhecimento. Wallace, diante disso, afirmou: “Diversos rapazes do Pará estavam agora colecionando insetos” (WALLACE, 1979, p. 80); estando diante, portanto, de diversos interesses que se conjugam e que, muitas vezes, conflitam, mas que são sempre resultado do “risco da ação”.

Nos perguntamos, assim, diante dessa (re)apropriação do saber e da prática do naturalista, que interesses estão envolvidos? Essa súbita curiosidade pela raridade dos pássaros locais não é indicativa de outro interesse, de tirar do viajante alguns vinténs? A narrativa está repleta de desentendimentos deste com os caçadores locais, que também pressupunham uma inocência no naturalista, deslumbrado pela natureza, e, assim, aproveitavam para exagerar nos preços dos animais caçados.

Consideramos também que a probabilidade da figura do naturalista deslumbrando, alvo fácil dos nativos maliciosos, ter sido de fato o padrão de comportamento de Wallace

durante a viagem não nos autoriza creditar sua fala totalmente, dado que os interesses de construir uma imagem para os nativos era projeto primordial nas narrativas de viagem.

Isso, portanto, fundamenta o fato de que tais agências se apresentam como estratégias socioculturais, que, por sua vez, não se circunscrevem ao nível macro, mas que se manifestam principalmente no que Foucault (2012) chamou de *micro poderes*, presentes em níveis articulados e de forma sub-reptícia na sociedade, ou seja, percebendo que o poder não redundava no Estado e que ele implica positivamente numa capacidade criativa dos sujeitos, em todos os níveis.

Notas etnográficas sobre índios/as, negros/as, mestiços/as na viagem de Wallace pelo Rio das Águas Pretas: a construção das relações para além das identidades (1850-1852)

Pretendemos, desde o início deste artigo, construir personagens históricos/as fazendo o esforço de perceber, dentre outras coisas, que aquilo que chamamos de identidade são, de fato, discursos, localizados e intencionados, como resultado do processo de diferença que se estabelece entre sujeitos em meio a “zonas de contato” (PRATT, 1999), onde estes se nomeiam, se impõem, se apropriam de saberes exógenos. Essas “zonas de contato”, em nossa representação virtual, são intersecções entre os nódulos que compõem redes de interação socioculturais, de saberes e de práticas.

Em sua tese sobre o cotidiano das experiências de campo dos viajantes, estudando o caso de Wallace, Carla Oliveira de Lima, da Fundação Casa Oswaldo Cruz, apresenta-as como teias de relações nas quais o naturalista se inseria em meio a outros sujeitos, tanto no campo de trabalho quanto no universo do público-alvo. Essa visão estratégica, ou seja, em rede, nos permite explorar as atuações dos sujeitos de uma forma que em uma leitura binária de vice-versa não nos possibilitaria (LIMA, 2014, p. 299). Essas relações entre o viajante e os grupos locais, portanto, são complexas e intrincadas, pois não pressupomos o naturalista como estando à parte ou no centro da rede de relações, mas como um nódulo que, tal como os outros, se movimenta, se encontra e se transforma. A própria teia narrativa, com suas lacunas, seus deslizamentos e suas intenções, nos possibilita encontrar aqueles/as cuja fala estaria terminantemente silenciada, por exemplo. Na continuidade de nossa narrativa essa questão se tornará mais nítida.

Foram quase trinta dias de viagem pelo Rio Pará e pelo Amazonas até que Wallace e seu irmão Herbert, que a essa altura já havia chegado da Inglaterra para se juntar a ele, avistassem a Barra do Rio Negro. Wallace pisava agora em um terreno ainda mais permeado

pelo imaginário do “desconhecido” e do “novo”, e esse fora o motivo que o levou a investir esforços em se preparar no Pará para subir o afluente ainda pouco conhecido do Rio Amazonas. Pararam em Santarém para pousar em uma casa emprestada por um escocês: o Sr. Hislop.

As potencialidades de coleta e pesquisa nessa nova expedição eram muitas, e isso motivou ainda mais o imaginário de Wallace sobre as regiões altas do Amazonas como um verdadeiramente “novo” dentro do Novo Mundo. Corroborava para esse pensamento a constante atualização da noção de “índio/a puro/a”, “afastado/a” e “original” que ainda reverberava nos oitocentos, e que era tema constante nas conversas de Wallace com outros estrangeiros.

A digressão que fizemos sobre o trecho da viagem de Wallace pelo Grão-Pará e o Tocantins não é gratuita, dado que em seu contato com as populações dos trechos do rio Pará e do Tocantins, Wallace construiu uma narrativa que reforça na compreensão do interlocutor para entender que, naquelas paragens, os/as índios/as já haviam sido *misturados/as*, *acabocladados/as* e, acima de tudo, *cristianizados/as*. A crítica de Wallace à implementação voraz de costumes e crenças católicas por parte de Portugal, entrevê, inclusive, que esse teria sido o motivo de todos os desmandos sociais verificados recentemente no Grão-Pará e entornos, tais como rebeliões, dissidência dos campos de trabalho, ataques a propriedades etc.

Retornando à Barra do Rio Negro, capital da província, depois de curta expedição pelos arredores, Wallace encontrou na cidade seu velho companheiro Walter Bates; essa reunião de alguns dias, à sombra da varanda do Sr. Enrico Antonio⁷, para quem Wallace tinha duas cartas de apresentação e sobre quem Bates se referiu como um “[...] italiano afável, ocupando aqui elevada posição como negociante, e que era amigo certo de todos os viajantes desgarrados [...]” (BATES, 1944, p. 361), nos possibilita discutir algumas questões.

A partir da fala de Bates a respeito dessa “reunião de Barra”, entendemos que esta não foi um fortuito reencontro de amigos, mas, de fato, uma oportunidade exclusiva de trocas de experiência de campo. Bates afirma, por exemplo, que os *novos caminhos* para o futuro de ambas as expedições foram planejados *juntos*, apesar de terem decidido trabalhar separadamente. Dessa forma, em um trecho diz o entomólogo: “Depois de termos repousado algumas semanas em Barra, fizemos nossos planos para nova exploração no interior da região. Wallace escolheu o Rio Negro para sua próxima viagem e eu concordei em tomar o Solimões” (BATES, 1944, p. 372). Com base nesse excerto, podemos questionar: quais interesses estavam envolvidos nessa escolha partilhada entre os dois viajantes? Tal citação,

porém, levantou outras questões que podem aprofundar uma análise mais rica da escrita de Bates. Em se tratando de uma decisão como esta: explorar o Solimões ou explorar o Rio Negro e o seu mais alto afluente, o Uaupés, não era uma escolha aleatória, mas uma que considerada um item importantíssimo: o acesso ao *conhecimento local*.

Torna-se necessário salientar ainda que o conhecimento local, tal como o estamos nomeando, se refere às experiências de múltiplas pessoas, sem jamais entendê-las como *agentes instintivas*, ou sujeitos sem protagonismo. Essa experiência de leitura, a nosso ver complicada, pode ser encontrada, por exemplo, no artigo do professor Ildeu de Castro (2002), *O escravo do naturalista*. Neste ele aponta a atuação do conhecimento local no cotidiano das expedições científicas. Porém, os/as detentores/as desses saberes parecem sempre acessíveis e dispostos/as a cooperar, sem uma única recusa! Esse mesmo saber local é lido também como um par oposto do saber autorizado, sendo sua validade creditada unicamente pela fala do cientista. Uma leitura não naturalizada desses lugares de fala, nem da atuação desses sujeitos em meio a interesses múltiplos, descrystalizaria a noção hegemônica de que as pessoas sempre estavam no caminho de algum naturalista ou viajante, mas estes nunca estavam no caminho de quem vivia por ali.

Na confluência do Rio Negro com o Uaupés, na altura da Vila de Guia, Wallace foi recebido e se hospedou na casa do Sr. Lima, antigo comerciante do Rio Negro, e bem-sucedido na amizade e relações comerciais com comunidades indígenas das partes mais afastadas do rio das águas pretas. A dificuldade de contato com esses grupos se devia, além das barreiras naturais, aos constantes *descimentos* de indígenas encomendados por comerciantes, proprietários e até funcionários do império em Barra e na Cidade do Pará. Victor Leonardi (1999, p. 52) se refere a isso, dizendo que: “O colonialismo interno, de opressão das sociedades tribais, praticado por brasileiros, foi em tudo semelhante ao colonialismo ibérico”.

A frase de Leonardi pode ser fundamentada pelo decreto nº 288, de 30 de janeiro de 1841, no qual o Ministério da Marinha Imperial ordenava a regulamentação do alistamento voluntário ou forçado para a defesa, em um período no qual muitos movimentos insurgentes ainda tinham certa força no imaginário, e no qual muitas fronteiras estavam sendo redefinidas. No decreto, é perceptível a noção de *tutagem* com termos como “incapazes”, “vadios” ou “sem ocupação fixa”, referindo-se ao texto do Diretório para as populações indígenas do Pará e Maranhão, de 1757, o qual já havia atualizado o Decreto Geral de 1755, que “libertava” os/as índios/as dos aldeamentos de missão, mas os/as colocava sob a tutela do governo

colonial (MELLO, 2014, p. 6), baseando-se na “tutelagem vigiada” (OLIVEIRA, 2007) que fundamentou a história das diversas versões do primeiro diretório sobre os povos indígenas da Amazônia. *Sem ocupação fixa* referia-se a negros/as livres, indígenas e caboclos/as pobres, que eram os/as principais recrutados/as nas fileiras “voluntárias” do novo Estado brasileiro, em busca de suplementação da mão-de-obra nos mais importantes centros amazônicos, como resposta a certo temor real da influência de Estados estrangeiros.

Victor Leonardi (1999), estudando a história da decadente, mas outrora fértil vila do Airão, nas margens do Rio Branco, anota um dos pontos mais pertinentes para entendermos a grande dispersão e diminuição da população indígena do alto Rio Negro. Diante do exposto, poderíamos ser levados a entender todo esse processo de forma unilateral, tal como Wallace tende a fazê-lo, ao acusar de gananciosos os comerciantes daquela região e do Grão-Pará. Se, porém, lembrarmos da noção de *atitudes sub-reptícias* de Hector Bruit (1999), ao estudar no discurso de Bartolomé de las Casas (1484-1566) a construção da imagem dos/as índios/as do período da conquista colonial espanhola, entenderemos que a recusa, a deserção, a alteração de informações, a contestação são estratégias reais que, nas palavras dos colonizadores, possuíam outro nome: selvageria, preguiça e mentira. Wallace, de forma não tão diferente, se refere assim a um grupo de índios/as que estava viajando com ele:

Logo constatei que a vinda dos índios fôra motivada apenas pelo respeito que tinham pelas ordens do Sr. Lima, pois eles não apreciavam muito aquele trabalho. Era comum retornarem da floresta de mãos vazias, dizendo que não haviam encontrado nenhuma ave, quando eu tinha boas razões para crer que seu dia fôra passado ociosamente num sítio vizinho (WALLACE, 1979, p.137).

Percebemos que, mesmo na narrativa interessada do viajante, aqueles sujeitos apareciam envoltos em suas contradições, e, por isso, conhecer cada vez mais as suas falas e seus interesses tornava-se moeda de troca importantíssima para as necessidades da expedição. Apesar de todo o afã por conhecer e investigar, o viajante-naturalista não tinha acesso a todos os detalhes, espécies, estratégias, e é isso que fundamenta o papel de mulheres e homens nativos/os nesses encontros entre diversos saberes. Longe daquela “harmonia” suposta por Ildeu de Castro, a troca de informações tinha seus valores e estes correspondiam aos seus respectivos interesses. Wallace, diante desse dado marcante, mais uma vez indica o *saber local* enquanto divagava a respeito das “barreiras naturais” para a ocorrência de determinadas espécies de símios, em detrimento de outras nas florestas que margeavam o Rio Negro:

A espécie do gênero *Pithecia* [...] é encontrada na margem ocidental do Rio Negro, numa extensão de várias centenas de milhas, desde a foz até seu encontro com o

Curicuriari, mas nunca na margem oposta, assim como não ocorre no lado meridional do alto Amazonas, onde é substituída por uma espécie afim, a *P.irrorata* (*P. hirsuta*, Spix), a qual, por sua vez, não aparece na margem setentrional. Penso que tais fatos servem para provar que *esses rios constituem efetivamente uma barreira à expansão da área de ocorrência de algumas espécies*, mormente quanto aos casos relatados, *porquanto os macacos são animais muito bem conhecidos dos caçadores nativos* (WALLACE, 1979, p. 287. Grifos nossos).

A narrativa não explicitou o fato de que as especulações de Wallace eram resultado de certa apropriação e justificação no saber local? Assim, torna-se notório que o naturalista era uma *parte* de um *conjunto*, lhe sendo impossibilitada a execução do todo pragmático de seu ofício sem outros tipos de atuação tão importantes quanto a sua. Da mesma forma, essa interferência do saber local ia desde os exercícios de campo práticos, até as formulações teóricas que surgiam como consequências das observações, dado que, em diálogo com os/as nativos/as, Wallace tinha acesso a outra forma de pensar a natureza: de maneira mais integrada, ou seja, mais orgânica. Esses *insights* do naturalista, a partir do contato com outros saberes foram fundamentais, por exemplo, para fundamentar a teoria da *biogeografia*, pela qual se tornou conhecido mesmo antes de sua atuação junto a Darwin na teoria da evolução por meio da seleção natural.

A partida de Wallace na subida pelo Rio Negro, viagem à qual ele dedicou muito tempo de preparação, aconteceu nas primeiras semanas de agosto de 1850, com a embarcação repleta de itens para troca, tais como: roupas de algodão, chita, lenços e outros pequenos utensílios que serviam para as trocas com os indígenas do alto curso. No caminho de Wallace passaram as vilas do Airão, Carvoeiro, Pedreiro, onde copiou várias pinturas rupestres, Barcellos(ex-capital da província), Caboquena, Castanheiro, São Pedro e São Gabriel da Cachoeira, regiões sobre as quais ele continua sua descrição de abandono e atraso.

Para chegar até o vilarejo de Guia, onde morava o proprietário da embarcação, o Sr. Lima, foi necessário muito esforço para atravessar os trechos encachoeirados, principalmente na região de São Gabriel. A vila de Guia, era “constituída de cerca de uma dúzia de casebres pertencentes a índios que viviam em seus sítios”, os quais permaneciam na vila somente durante “tempo de festa, ou quando chegava algum comerciante, como Sr. Lima, por exemplo.” (WALLACE, 1979, p. 137). As relações estabelecidas naquela localidade, no ver de Wallace, se baseavam em um extremo respeito dos locais para com o Sr. Lima, que, em troca de uma “relação amistosa”, mantinha acordos comerciais constantes com aqueles grupos mais resistentes.

Após dois dias de chegada ao local, Wallace já tinha um número considerável de *índios/as mansos/as* que prometeram lhe acompanhar na próxima expedição em direção à região da nascente do Rio Negro, nas proximidades de Yavita, região limítrofe com a Venezuela. Até chegar a Yavita, onde pretendia se estabelecer, Wallace passou por Tiriquí, San Miguel, Tomo, Maroa e Pimichín, caminhos por onde encontrou muita mão-de-obra indígena empregada na construção de embarcações para grandes comerciantes. Por uma pequena estrada de terra caminhou até a vila venezuelana, já no meio do caminho, Wallace teve um encontro com uma onça, sobre a qual se derramou em adjetivações admiradas. Porém, não só os animais lhe despertaram a atenção por ali, as palmeiras também foram tópico especial nas suas anotações e observações, como, por exemplo, a “piaçaba”, palmácea muito fibrosa utilizada desde épocas imemoráveis na fabricação de vassouras, e outros itens pelas comunidades locais.

O período de chuvas chegara à Yavita, e, dessa forma, Wallace dispensou pouco tempo na região, retornando logo em seguida ao vilarejo de Guia, onde desejava arregimentar material e homens para sua viagem pelo rio Uaupés, tributário da margem direita do Rio Negro. É interessante percebermos que, para essa viagem, os interesses de Wallace se voltavam, cada vez mais, para os costumes e a cultura material dos “exóticos” habitantes daquela região. Quanto ao exposto, podemos retornar à narrativa de Wallace:

Chegou enfim a tão esperada canoa, e iniciamos os preparativos para a nossa viagem. Levávamos grande quantidade de anzóis, facas e contas, artigos que por certo deveriam agradar aos consumidores que iriam procurar, e dos quais, em contrapartida, o Sr. Lima esperava conseguir farinha e salsaparrilha, enquanto eu estava mais interessado em peixes, insetos, aves, *além de toda sorte de arcos, flechas, zarabatanas, cestos e outros artefatos indígenas* (WALLACE, 1979, p. 175. Grifos nossos).

Além das raras espécies, tais como os galos-da-serra e os uiramembis, nas comunidades do alto Rio Negro, o foco da viagem se expande mais ainda, levando Wallace a iniciar uma coleção paralela à de história natural, já que artefatos como estes citados por ele também rendiam altos valores em casas especializadas, museus ou mesmo em coleções privadas.

Suas considerações sobre as dinâmicas socioculturais de indivíduos e grupos das mais variadas origens, no contexto imperial brasileiro, é fundamental para fazer uma leitura ampla dos diversos papéis exercidos na sociedade nacional que se intentava construir. Recortando disso uma questão como a do trabalho, em especial o forçado, é atentar

para fenômenos sociais que, às sombras da falta de aplicação das legislações indígenas, gracejava na Amazônia oitocentista, e causava, dentre outros prejuízos, guerras e ataques constantes de índios/as para com as fazendas, e dos comerciantes contra estes para o apresamento com fins ao trabalho forçado.

Apesar de tudo que já foi discutido, vale a pena lembrar o que nos diz o professor Carlos Barreiro (2002, p. 34-35), para quem a noção de tempo, ociosidade e disciplina era o nó que marcava os discursos sobre os/as nativos/as durante o processo de colonização, sendo referendados/as, inclusive, como justificativa para a dominação. Lendo através dos relatos de Saint-Hilaire, nas Minas Gerais ainda da primeira metade do século XIX, Barreiro frisa que esses discursos eram constantemente atualizados, pois, eles operacionalizavam o cotidiano de capturas e apresamentos.

Os dados populacionais cruzados com as narrativas de viagem dão conta de um verdadeiro banho de sangue, que na memória brasileira parece ter ficado nos primeiros contatos com os habitantes originais do litoral. Apesar da quase apatia de Wallace em sua narrativa perante questões como essas, não estamos impossibilitados de conjecturar o ambiente social em que se encontrava.

Retornando à Barra, Wallace fez uma parada com o Sr. Lima em São Joaquim, na entrada do rio Uaupés. Devido a problemas na embarcação, eles necessitavam de homens hábeis para locomover a canoa sem prejudicar o material armazenado. Como homens disponíveis eram elementos raros, Wallace precisou esperar um pouco mais, e aquela noite ele passaria na única *maloca* indígena da localidade. Sua impressão inicial foi com “o grau de sociabilidade e mútua convivência que caracterizava aquelas numerosas famílias vivendo juntas em harmonia patriarcal” (WALLACE, 1979, p. 178). Um fato, porém, que lhe intrigara foi o de que, numa localidade com uma população indígena considerável, foram poucos/as os/as índios/as que apareceram fora de suas casas quando de sua chegada com o comerciante. Wallace dá um indicativo, portanto, do grande medo que rondava as comunidades do alto curso, principalmente porque, com os comerciantes, muitas vezes, também chegavam os apresamentos e os descimentos forçados. Wallace não reflete, porém, tais questões como resultado de conjunturas diversas, tais como econômicas, legislativas e culturais, mas sua solução mais simples era sempre julgar os comerciantes amazônicos como culpados pelo terror espalhado entre aqueles grupos.

Esse medo de contato, apontado por Wallace, não para apenas no terreno do simbólico quando ele faz suas conjecturas, mas ele adiciona fatores que nos levam a entender

que a inclusão dos indígenas em determinados sistemas não levou apenas a um recuo, mas a verdadeiras guerras entre os próprios, fatos que indicam ser impossível vê-los sempre como vitimizados, mas, ao contrário, também como interessados em ser partícipes, tirando vantagens, por exemplo, em associar-se ao apresamento e descimento de outros grupos rivais, inclusive de negros/as amocambados/as (Gomes, 2001). Na escrita de Wallace podemos entender melhor ainda as ideias expostas:

O Sr. Lima havia mandado seu filho [do índio Bernardo] ao seu encalço, pedindo-lhe que lhe arranjasse uns meninos e meninas índias. Bernardo viera para tratar do negócio. “Arranjar meninos” significa empreender um ataque contra a maloca de uma outra nação, e capturar todas as crianças que não conseguissem fugir e não fossem mortas. O próprio Sr. Lima já tomara parte em diversas dessas expedições, tendo muitas vezes escapado por pouco de morrer espetado por uma lança ou crivado por flechas envenenadas. Em Ananá-Rapecuma havia um índio com horríveis cicatrizes num dos ombros e em parte das costas, atingido que fôra por uma descarga de chumbo miúdo, disparado pelo Sr. Lima no exato momento em que lhe apontava uma flecha! *Os dois, hoje, são excelentes amigos e sempre acertam negócios entre si* (WALLACE, 1979, p. 189. Grifos nossos).

Diante disso, é necessário ressaltar que a posição do viajante-naturalista em nada correspondia a qualquer concepção humanista isonômica, mas, na verdade, estava atrelada à romantização dos povos locais, inocentes partícipes em um sistema imperial interessado em consolidar-se em vários aspectos, dentre eles, na política de acesso aos indígenas amazônicos. Essa inferência pode ser percebida, dessa forma, quando, ao final de uma longa descrição sobre morte e guerra contra os/as *índios/as brabos/as*, Wallace conclui: “Os meninos trazidos para as cidades adquirem alguma civilização, mas não acredito que com isso se tornem melhores ou mais felizes do que o eram em suas florestas nativas” (WALLACE, 1979, p. 189).

Após essa expedição pelo rio Uaupés, Wallace retornou novamente à Barra para armazenar o que havia sido coletado, para, em uma segunda viagem, conhecer a outra margem do tributário do Rio Negro. Nesse retorno à capital, Wallace reencontrou-se com Richard Spruce, e, assim como com Bates, atualizou e repassou diversas informações importantes de suas explorações anteriores.

Wallace viajou novamente por cerca de três meses no rio Uaupés, porém, navegando pela outra margem. Registrou seu desapontamento com as oportunidades de coleção, principalmente por causa da estação chuvosa e da constante ausência de mão-de-obra. Quando voltou à Barra do Rio Negro, Wallace encontrou a cidade elevada à condição de capital da nova Província do Rio Negro, trazendo, com isso, burocratas, oficiais e muitos prédios

públicos. Sua permanência na cidade, porém, durou menos de um mês, pois a ansiedade de singrar em direção ao Pará e de lá para a Inglaterra com suas coleções mal o deixava dormir.

A partir de cada uma dessas notas etnográficas e das observações do viajante-naturalista Alfred Russel Wallace, entendendo a sua narrativa como a conjugação de diversos discursos, dentre eles sobre uma suposta pureza das comunidades do Rio Negro, em detrimento de outros/as nativos/as do vale amazônico já cristianizados/as, percebemos ainda dois pontos a serem considerados: a) O tipo de viagem empreendida por Wallace, sem financiamento público ou privado, era realizada naquele contexto sem a especialização e especificação encontrada, por exemplo, em viagens de comissões científicas ou de naturalistas consagrados. Tal heterogeneidade, ao invés de dificultar o apontamento de notas e observações, como as que evidenciamos e analisamos, permite uma visão de conjunto onde o discurso sobre a natureza, sobre os costumes e práticas nativas, sobre o modelo político-econômico e a integração dos povos tradicionais do Império brasileiro, reforçavam-se mutuamente e resultavam em novos discursos, especialmente após o contato do naturalista com experiências tão distintas; b) As vivências e o conhecimento local, tema que recortou toda a nossa análise, revelou-nos problematizações interessantes no que diz respeito à desestabilização daquela conhecida noção de que a história da ciência é um esquema simples de: um centro de saber Europeu *versus* um conjunto de objetos naturais e culturais a serem assimilados. Os encontros de Wallace e muitos dos diálogos que travou com os locais, bem como a interferência desses últimos, são sintomáticos de uma nova possibilidade de observação, a saber: que a experiência de viajantes seja entendida como uma rede, na qual seus nódulos de intersecção não exercem centralismo, mas são resultados, eles mesmos, de conjunturas circunscritas a tais encontros. A presença do *saber local*, dessa forma, não se vê de forma secundarizada, mas como espaço para apropriação mútua, tanto do viajante, como de outros estrangeiros, e, mais ainda, dos grupos de pessoas locais.

À guisa de conclusão, mas sem pensar nisso como um ponto final na discussão, gostaríamos de chamar às falas, novamente, o professor Pacheco de Oliveira. Em sua sociologia dos viajantes, ele nos dá uma síntese do problema da história da ciência que, majoritariamente, dialoga com as literaturas de viagem. Além de atentar para o fato de que estas são um discurso, e ele não se furta de chamá-lo de *ficcional*, Oliveira (1987, p. 88) ainda acrescenta: “para que o pesquisador atual possa dar uma utilização mais fecunda à literatura de viagem, é preciso justamente livrar-se de um quadro de orientação funcionalista, fechado ao estudo das mudanças históricas e das diferenças regionais”.

Assim, acreditamos que, a partir de recortes e notas etnográficas heterogêneas, mas discursivamente intencionadas, Wallace constrói personagens... índios/as, negros/as, mestiços/as, estrangeiros/as – e também estranhos/as –, que, na maioria das situações, questionavam todo o discurso científico prévio sobre o qual se embasava. Pensando nisso, tanto a narrativa de viagem que intenta classificar, nomear e narrar, quanto as interferências e atitudes dos saberes locais, são sintomas do quanto uma leitura fecunda da história depende, em grande parte, de perceber as articulações, em todos os níveis, sem estruturalismos de ordem prévia.

Notas

¹ Vale salientar que consideramos toda a problemática que um conceito como o de “mestiço” tem para os estudos sobre as identidades negras e/ou negritudes. O termo “mestiço” tal como é utilizado aqui se refere estritamente a uma forma classificatória largamente utilizada no período e na documentação estudada.

² Abrimos espaço aqui para agradecimento especial ao professor Carlos Barreiro, o qual contribuiu indelevelmente com sugestões na banca de qualificação de mestrado, de cuja pesquisa parte embasou este artigo.

³ Descendentes de negros/as com índios/as.

⁴ *Mischief* pode ser traduzido para o português como “travessura”. Foi um navio de 192 toneladas considerado bastante rápido para a sua época. Nele, Wallace e Bates embarcaram como os únicos passageiros em 26 de abril de 1848, em Liverpool, com destino às salinas paraenses, no Brasil.

⁵ Macramê é uma conhecida técnica de tecer fios totalmente manual, e se baseia na multiplicação de minúsculos e resistentes nós. A própria palavra “macramê” é de origem árabe, derivando de *migramah*, que significa “nó”.

⁶ ALENCAR, J. J. Determinismo climático e salubridade amazônica na percepção de Bates e Wallace. *Cadernos de História da Ciência*. São Paulo, v. 4, n° 2, p. 37-49, 2008.

⁷ Wallace o chamou de Henrique Antony. Porém, a primeira e mais conhecida tradução de sua obra no Brasil, a qual nos serve como fonte, prefere italianizar o nome dele.

Referências Bibliográficas

BARREIRO, José Carlos. *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BATES, Henry Walter. *O naturalista no rio Amazonas*. 1ª Edição. Tradução: Cândido de Melo Leitão, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

BRUIT, Hector H. *Bartolomé de las Casas e a simulação dos vencidos: ensaio sobre a conquista hispânica da América*. Campinas: UNICAMP, 1999.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. 1ªed. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 25ª ed. Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

GOMES, Flávio S. “Amostras humanas”: índios, negros e relações interétnicas no Brasil colonial. In: MAGGIE, Y., REZENDE, Cláudia B. *Raça como retórica: a construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Tradução de Jacinto Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

-
- LATOUR, B. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP, 2000.
- LEONARDI, Victor. *Os historiadores e os rios: Natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília: Editora UNB, 1999.
- LIMA, Carla de Oliveira. *A experiência de campo de Alfred Russel Wallace na Amazônia oitocentista: viagem, ciência e interações*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde - FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2013.
- LOPES, Siméia de Nazaré. *As relações comerciais do Pará no início do século XIX*. Anais da IV Conferência Internacional de História Econômica e VI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica. São Paulo: USP, 2012. Disponível em: <http://cihe.fflch.usp.br/sites/cihe.fflch.usp.br/files/Simeia%20de%20Nazare%20Lopes.pdf>. Último acesso: 17/03/2016.
- MELLO, Christiane F. P. de. *Amazônia Colonial: fronteiras e forças militares (segunda metade do século XVIII)*. ANAIS DO XVI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RJ: SABRES E PRÁTICAS CIENTÍFICAS. Disponível em: http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1399889278_ARQUIVO_TEXTO.pdf. Último acesso: 10/03/2016.
- MOREIRA, Ildeu de Castro. *O escravo do naturalista*. Ciência Hoje. vol. 31. n. 134. p. 40-47. Disponível em: <http://goo.gl/vaGRVM>. Último acesso: 10/03/2016.
- OLIVEIRA, João Pacheco. *Elementos para uma sociologia dos viajantes*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1983.
- _____. Regime tutelar e povos indígenas: A construção de uma alteridade vigiada. In: CARBÓ, E. R., VARGAS, H. M., MARTÍN, P. S. *La integración del territorio en una idea de Estado. México y Brasil, 1821-1946*. UNAM – Instituto de Geografía/Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, México, p. 639-652.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: Relatos de viagem e transculturação*. Tradução: Jézio Gutierrez e Carlos Valero. São Paulo: Edusc, 1999.
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Tradução: Bárbara Sette. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- WALLACE, Alfred R. *My Life: A Record of Events and Opinions*. Vol. 2. London: Chapman&Hall, 1908.
- _____. *Viagens Pelos Rios Amazonas e Negro*. 1ª Ed. Tradução de Eugênio Amado. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.
- WORSTER, Donald. *Para fazer História Ambiental*. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 4, nº 8, 1991.